



BIODIESEL, 10 ANOS:

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA



EXPEDIENTE

REPÓRTER BRASIL

PRESIDENTE Leonardo Sakamoto

CONSELHO DIRETIVO Claudia Carmello Cruz, Fernanda Sucupira Gomes, Julián Miguel Barbero Fuks, Paula Monteiro Takada, Rodrigo Pelegrini Ratier

CONSELHO FISCAL Beatriz Costa Barbosa, João Caldeira Brant Monteiro de Castro, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva

COORDENADORES DE PROGRAMAS Daniel Santini (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis), Natália Sayuri Suzuki (Escravo, nem pensar!)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO Edilene Cruz, Maia Fortes e Tatiana Couto

CADERNO TEMÁTICO “BIODIESEL, 10 ANOS: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA”

COORDENAÇÃO Carlos Juliano Barros, Marcel Gomes e Natália Suzuki

PESQUISA E TEXTOS André Campos, Antonio Biondi e Carlos Juliano Barros

PROJETO GRÁFICO Gabi Juns

FOTOS André Campos, Antonio Biondi, Carlos Juliano Barros e Verena Glass

APOIO Sigrid Rausing Trust e Ministério Público do Trabalho

www.reporterbrasil.org.br

Impresso no Brasil

3 mil exemplares / Distribuição gratuita 2014

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte.

Copyleft – licença Creative Commons 2.0

APRESENTAÇÃO

Um dos maiores desafios da humanidade é produzir energia de forma sustentável. Nesse aspecto, o Brasil desempenha um papel importante. Décadas atrás, o país foi pioneiro no desenvolvimento da tecnologia do etanol de cana-de-açúcar.


Por um lado, a iniciativa representou uma alternativa consistente aos combustíveis derivados do petróleo, conhecidos pela escassez e pelo potencial poluidor. Mas, por outro, a produção de etanol no Brasil também gerou graves impactos socioambientais – decorrentes da monocultura da cana em grandes latifúndios e da superexploração do trabalho dos “boias-frias”.

Há dez anos, o Brasil deu novo passo na caminhada para construir uma matriz energética mais plural e responsável com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Hoje, o país já é o segundo maior consumidor e o terceiro principal produtor desse combustível no mundo. O programa foi concebido com um componente social importante e inédito: o estímulo à compra de matéria-prima produzida por agricultores familiares.

Neste caderno temático, a Repórter Brasil analisa os avanços do PNPB ao longo desta primeira década de existência. Porém, levanta os principais obstáculos que o programa precisa vencer para consolidar seu objetivo: produzir biodiesel de forma eficiente para desenvolver o país e garantir que os benefícios dessa atividade sejam apropriados por toda a sociedade.

ÍNDICE

- 7.....**O PROGRAMA NACIONAL DE
PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL**
- 12.....**A MAMONA E O SEMIÁRIDO**
- 16.....**A SOJA E O CENTRO-OESTE**
- 18.....**O MAPA DO BIODIESEL**
- 24.....**A REGIÃO SUL
E A AGRICULTURA FAMILIAR**
- 28.....**O DENDÊ, A AMAZÔNIA
E O NORDESTE**
- 32.....**CONSIDERAÇÕES FINAIS**



O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL [PNPB]



PARA COMEÇO DE CONVERSA: O QUE É BIODIESEL?

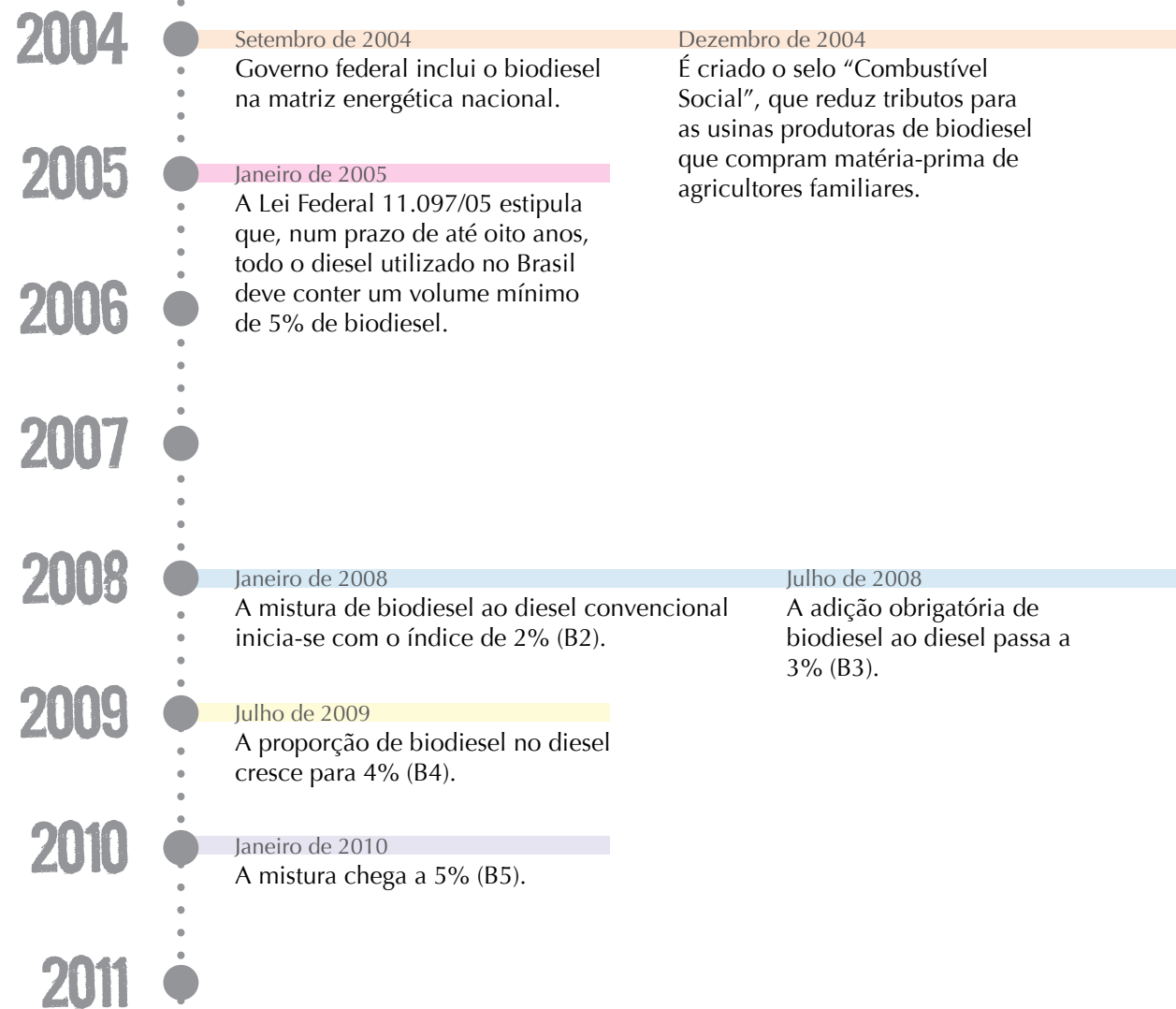
Assim como a gasolina e o etanol, o biodiesel também é um combustível. Porém, ao contrário do diesel convencional (um derivado do petróleo), ele é fabricado a partir de gordura animal ou de óleo vegetal. Pode-se produzir biodiesel a partir do sebo bovino, mas também do algodão, do amendoim, da canola, do dendê, do girassol, da mamona, da soja, dentre outras plantas e sementes conhecidas como *oleaginosas*. Existem indústrias que reaproveitam até o óleo de cozinha usado em frituras.

DO QUE É FEITO O BIODIESEL NO BRASIL?

A escolha da matéria-prima depende da viabilidade econômica. Hoje, cerca de 75% do biodiesel produzido no Brasil vêm da soja e 20% têm origem no sebo bovino. Isso acontece porque os agricultores e processadores do grão, assim como as indústrias de abate de animais, entregam esses insumos a preços mais baixos do que os de outras matérias-primas. Os 5% restantes do biodiesel nacional são produzidos a partir das gorduras de porco e de frango, além dos óleos de algodão e de dendê.

POR QUE O PNPB FOI CRIADO?

O programa tem diversos objetivos. Na área econômica, o intuito é reduzir a compra de diesel de outros países, diminuindo os nossos gastos. Só em 2013, o Brasil desembolsou R\$ 19 bilhões na importação desse derivado de petróleo. Além disso, o PNPB abriu mais uma porta para os produtores rurais brasileiros. Originalmente, a ideia era beneficiar sobretudo os agricultores familiares, garantindo um canal de escoamento da produção, por meio do selo “Combustível Social”. Outro fator importante é o ambiental: a combustão de biodiesel nos motores de automóveis gera menos poluentes do que a queima dos chamados “combustíveis fósseis”, como a gasolina e o diesel convencional.



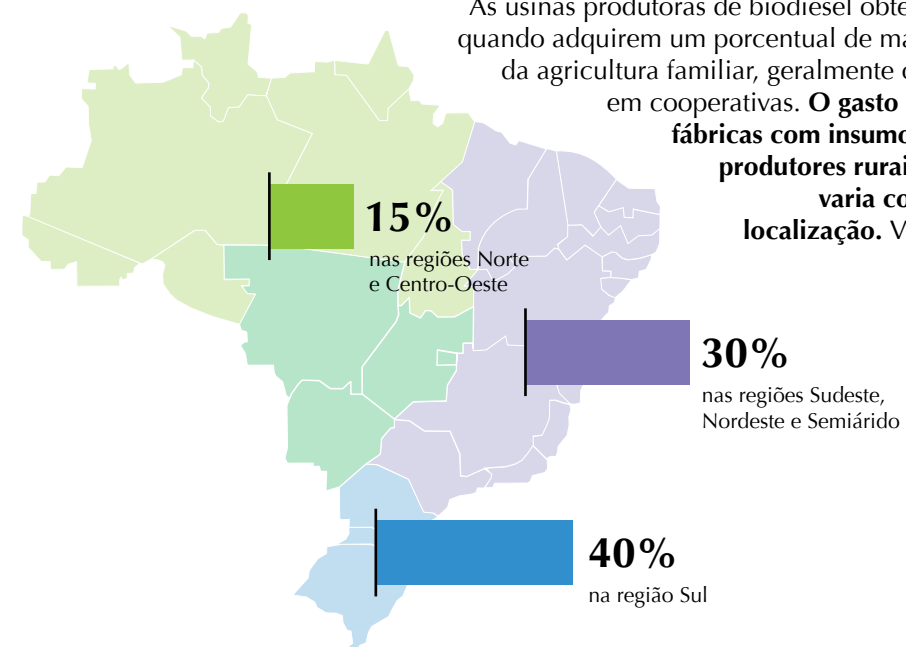
LINHA DO TEMPO

A história do biodiesel no Brasil

2014 Julho de 2014: Depois de quatro anos sem aumento, governo autoriza a mistura de 6% (B6).

O QUE É EXATAMENTE O SELO "COMBUSTÍVEL SOCIAL"?

As usinas produtoras de biodiesel obtêm esse selo quando adquirem um percentual de matéria-prima da agricultura familiar, geralmente organizados em cooperativas. **O gasto mínimo das fábricas com insumos feitos por produtores rurais familiares varia conforme sua localização.** Veja o mapa.



O selo beneficia as usinas de biodiesel com a redução de alguns tributos (como a Cofins e o PIS/Pasep), barateando tanto a fabricação como a comercialização do combustível. Além de abrir mercado para a produção dos agricultores familiares, o marco regulatório do PNPB também prevê que eles recebam assistência técnica de usinas de biodiesel e de órgãos governamentais. Atualmente, 99% do biodiesel nacional é produzido por usinas com o selo "Combustível Social".

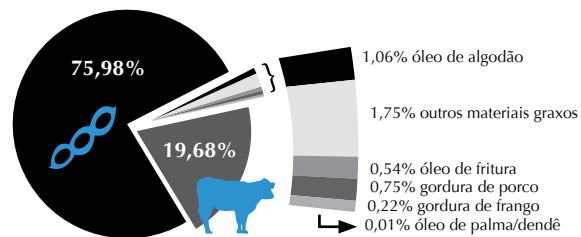
É POSSÍVEL ABASTECER UM AUTOMÓVEL COM BIODIESEL?

Em tese, sim. Porém, o PNPB optou por um caminho diferente: hoje, todo litro de diesel vendido nos postos do país contém 6% de biodiesel. Por essa razão, o combustível é chamado de B6. Em outras palavras, o diesel comercializado em nosso território não é feito apenas de petróleo. A adição do biodiesel ao diesel convencional vem aumentando ao longo dos dez anos de vida do PNPB. Até 2015, a mistura poderá atingir 7% – e o combustível passará a ser chamado de B7. Estima-se que o país economizará R\$ 2,3 bilhões por ano, em importação de diesel, com a implementação do B7.

O BIODIESEL NO BRASIL

Veja os principais dados da produção nacional do combustível

DO QUE É FEITO O BIODIESEL NO BRASIL?



Cerca de 75% do biodiesel brasileiro é feito com soja e 20% com sebo bovino. O restante vem de outras oleaginosas e gorduras animais.

Em 2014, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel completou

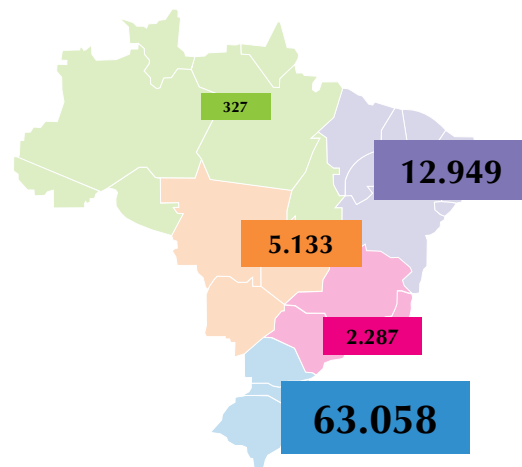


BRASIL CAMPEÃO



O Brasil já é o segundo maior consumidor e o terceiro maior produtor de biodiesel no mundo.

FAMÍLIAS PRODUTORAS POR REGIÃO



Hoje, 84 mil famílias de agricultores em todo o país produzem matéria-prima (soja, principalmente) para as usinas de biodiesel.

% BIODIESEL NO COMBUSTÍVEL



Todo litro de diesel vendido nos postos de combustível tem 6% de biodiesel (B6). Até 2015, poderá chegar a 7% (B7). O restante da mistura é derivado de petróleo.



Para garantir o B7, a produção brasileira vai chegar a 4 bilhões de litros de biodiesel por ano – suficiente para abastecer **27 milhões de ônibus!**

R\$ 2,8 bi /ano

É o que o PNPB movimenta em compras de matéria-prima produzida pela agricultura familiar.

COMBUSTÍVEL SOCIAL

62 usinas

habilitadas a produzir biodiesel no Brasil.



Dessas, 46 (75%) têm o selo "Combustível Social"

99%

do biodiesel nacional é produzido em indústrias que têm o selo "Combustível Social"

A MAMONA E O SEMIÁRIDO

Em 2005, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou oficialmente o Programa Nacional de Produção de Uso de Biodiesel (PNPB) em Canto do Buriti, município do semiárido do estado do Piauí. Na época, a mamona foi escolhida como símbolo da política de inclusão social e produtiva dos agricultores familiares proposta pelo programa. A oleaginosa resistente à estiagem é tradicionalmente cultivada no sertão dos estados castigados pela seca: Bahia (BA), Ceará (CE), Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Piauí (PI) e Sergipe (SE).

Porém, passada uma década do lançamento do PNPB, nenhuma gota de biodiesel no país é feita com óleo de mamona. Mesmo assim, a Petrobras Biocombustível (PBio) – que possui três usinas no semiárido – compra mamona, esmaga as sementes e vende o óleo para indústrias de alimentos, remédios e até tintas. Assim, além de tentar impulsionar a agricultura familiar, a PBio continua desfrutando dos incentivos fiscais previstos pelo selo “Combustível Social”.

POR QUE NÃO SE PRODUZ BIODIESEL A PARTIR DA MAMONA?

Em primeiro lugar, por uma questão de custo. O óleo de mamona tem um alto valor de mercado. O preço da tonelada gira em torno de R\$ 5 mil, enquanto a do óleo de soja é negociada a R\$ 2,3 mil. Ou seja, não compensa utilizar o óleo de mamona para fazer biodiesel, já que é possível produzir o combustível com o óleo de soja, que custa menos da metade. Assim, o óleo de mamona é vendido a indústrias que utilizam o insumo na produção de alimentos, cosméticos e até remédios.

CRÍTICA

O governo federal tem uma visão de que o semiárido não tem viabilidade produtiva e enxerga a população dessa região somente como público dos programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família” - Elisângela Araújo, coordenadora da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Bahia (Fetraf-BA).

Produção de mamona no Brasil (em mil toneladas)

O quadro abaixo traz uma série histórica sobre a produção de mamona no Brasil, desde o lançamento do PNPB, em 2004. É possível notar que, de 2010 para cá, houve uma quebra muito acentuada das safras. A seca dos últimos anos na região Nordeste e a falta de investimentos em irrigação e assistência técnica explicam a brutal queda da produção.

| Região/UF | 2004/05 | 2005/06 | 2006/07 | 2007/08 | 2008/09 | 2009/10 | 2010/11 | 2011/12 | 2012/13 | Previsão 2013/14 |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------------------|
| Norte / Nordeste | 202,0 | 95,7 | 86,9 | 113,4 | 80,5 | 88,3 | 129,9 | 21,4 | 13,8 | 74,8 |
| Centro-Sul | 7,8 | 8,2 | 6,8 | 9,9 | 12,0 | 12,3 | 11,4 | 3,5 | 2,0 | 1,5 |
| Brasil | 209,8 | 103,9 | 93,7 | 123,3 | 92,5 | 100,6 | 141,3 | 24,9 | 15,8 | 76,3 |

Fonte: Companhia Nacional do Abastecimento (Conab)

EXISTEM OUTROS PROBLEMAS ALÉM DO PREÇO?

A verdade é que a produção de mamona da agricultura familiar no semiárido não decolou como previam os idealizadores do PNPB, por diversos motivos:

- Seis anos após o lançamento do programa, a dura realidade do semiárido foi agravada pela pior seca das últimas cinco décadas.
- As cooperativas de produtores rurais do semiárido não estavam organizadas para atender a grande demanda do PNPB.
- Os agricultores familiares estão descapitalizados e têm dificuldade para acessar financiamentos bancários para investir na produção.
- Problemas na irrigação de áreas agrícolas e na prestação de assistência técnica reduzem a produtividade.

O PNPB TROUXE BENEFÍCIOS PARA O SEMIÁRIDO?

Um dos maiores legados do PNPB no semiárido é aumento do preço da saca de 60 quilos de mamona – que se consolidou com a forte atuação da PBio na compra da produção. De 2009 para cá, o valor dobrou e atingiu R\$ 120. Hoje, os agricultores familiares já não são mais reféns dos atravessadores, que antes pagavam preços bem mais achatados pela saca de mamona.



Coopaf: modelo a não ser seguido

Na avaliação de movimentos sociais que participaram da formulação do PNPB, o programa requeria um padrão de gestão muito elevado com que as cooperativas de agricultores familiares do semiárido não estavam acostumadas. As limitações variavam desde a dificuldade de se conseguir assistência jurídica para analisar os contratos firmados com as usinas produtoras de biodiesel até a impossibilidade de obter financiamento em bancos para capital de giro das cooperativas.

Caso emblemático dessa dificuldade é a falência da Coopaf, cooperativa sediada em Morro do Chapéu (BA), na Chapada Diamantina, que chegou a contar com mais de 5 mil associados. Em 2011, a entidade fechou as portas em meio a denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito de diretores, deixando dívidas milionárias com produtores rurais, técnicos agrícolas e com a Petrobras Biocombustível (PBio), maior cliente da cooperativa.

A PBio e o semiárido

Maior produtora nacional de biodiesel, a Petrobras Biocombustível (PBio) é a principal responsável pela sobrevivência do PNPB no semiárido. Não só por comprar mamona de quase 15,7 mil agricultores familiares em seis estados diferentes (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe), mas também por garantir assistência técnica a milhares de produtores rurais.

Toda a mamona adquirida pela PBio dos agricultores familiares é esmagada na Bioóleo, fábrica de processamento de óleo vegetal localizada em Feira de Santana (BA), da qual a PBio é sócia. O óleo de mamona é depois revendido à indústria ricinoquímica para a produção de cosméticos e alimentos, já que não faz sentido econômico usá-lo na produção de biodiesel (ver página XX).

Na visão da diretoria da PBio, o principal desafio do semiárido é driblar a seca e incrementar a produtividade agrícola. Na safra de 2009/2010, a PBio chegou a comprar mais de 20 mil toneladas de mamona. Desde então, por conta da estiagem prolongada, a quebra na produção chegou a 80%.

Atualmente, a PBio disponibiliza assistência técnica direta a 2 mil produtores do semiárido. Porém, a nova aposta da empresa para turbinar a produção de mamona é uma parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Desde novembro do ano passado, já foram instaladas oito Unidades de Teste e Demonstração (UTDs), quatro na Bahia e quatro no Ceará, que orientam 168 agricultores.

Uma UTD consiste em um campo de experimentação a céu aberto instalado na propriedade de um agricultor. Na área, são experimentadas as formas mais eficazes e produtivas do cultivo da mamona, a partir do teste de diferentes tipos de sementes e de técnicas de manejo. Nos próximos anos, a meta da PBio é atingir 1,1 mil produtores, chegando também aos estados de Pernambuco e Minas Gerais.

Raio-x da Petrobras Biocombustível (Pbio)

- . É a maior produtora de biodiesel do Brasil
- . Em 2013, fabricou 348 milhões de litros – 12% da produção nacional
- . Possui três usinas de biodiesel próprias (BA, CE e MG)
- . Mantém duas usinas em parceria com a empresa BSBIOS (PR e RS)
- . Tem relação comercial com 15,7 mil agricultores familiares de 118 municípios do semiárido em seis estados (BA, CE, MG, PE, PI, SE)
- . Presta assessoria técnica diretamente a 2 mil agricultores do semiárido



A SOJA E O CENTRO-OESTE



O Brasil é o maior produtor de soja do mundo. Em 2014, pela primeira vez na história, ficará à frente dos Estados Unidos. No total, os produtores brasileiros deverão colher 90 milhões de toneladas do grão. O destaque é o Mato Grosso, campeão nacional que responde por 29% de toda a produção do país.

Com tanta soja disponível, o estado construiu a segunda maior capacidade instalada para produção de biodiesel em todo o país, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Porém, ao contrário do território gaúcho, onde a produção de soja da agricultura familiar é bastante expressiva e alimenta as usinas de biodiesel, a cultura do grão na região Centro-Oeste está baseada nos grandes latifúndios monocultores do agronegócio.

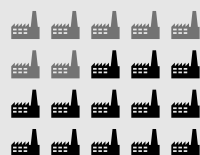
Apesar de dominados por grupos empresariais capitalizados, a sojicultura e Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) também vêm atraindo produtores de pequeno porte. Em geral, os agricultores familiares se dedicam a uma atividade agrícola mais diversificada. No entanto, uma parcela também tem apostado suas fichas na monocultura da soja.

RAIO-X DO BIODIESEL NO CENTRO-OESTE

MATO GROSSO

20
usinas

O maior número do país.

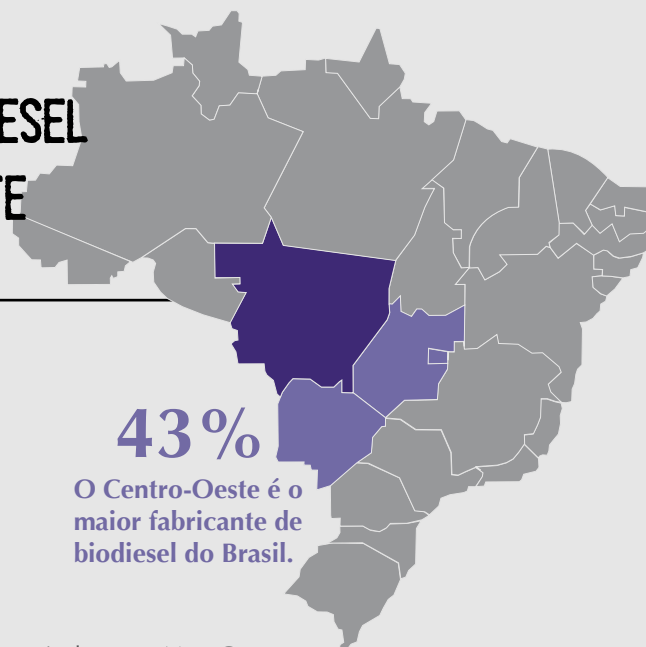


13

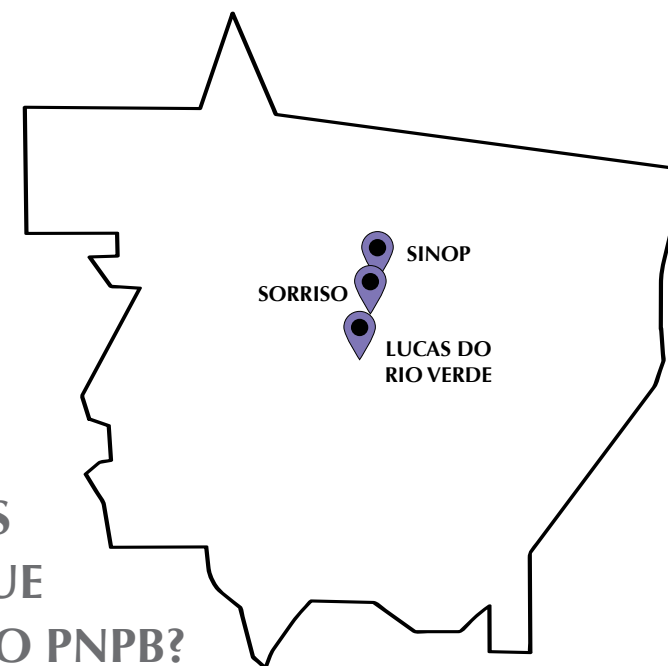
têm o selo "Combustível Social" porque compram de agricultores familiares.

43%

O Centro-Oeste é o maior fabricante de biodiesel do Brasil.



Existem 547 assentamentos e 130 mil famílias de agricultores no Mato Grosso. Desse total, **apenas 15 assentamentos e mil famílias participam do PNPB.**



QUEM SÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES QUE PARTICIPAM DO PNPB?

A produção familiar do Mato Grosso inserida na cadeia produtiva do biodiesel vem em grande parte de projetos oficiais de reforma agrária. Trata-se de assentamentos localizados em importantes polos agroindustriais, como os municípios de Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde. Porém, a dificuldade de acesso à água e de escoamento da produção, além de problemas fundiários, ambientais e de acesso a crédito, representam obstáculos para a expansão do PNPB nas áreas de reforma agrária do estado.

QUAIS SÃO OS LIMITES DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO PNPB?

Um dos principais obstáculos para o avanço do PNPB no estado é o fato de que a viabilidade econômica da soja no Centro-Oeste depende da produção em áreas muito grandes e a ganhos de escala – o que não se aplica ao beneficiários da reforma agrária. Além disso, a produção de soja em alguns projetos da reforma agrária no Mato Grosso já chegou ao limite. Movimentos sociais e sindicais defendem outras oleaginosas como alternativa para o crescimento do programa de biodiesel nos assentamentos.

CRÍTICA

A nossa região produzia um caju de ótima qualidade. Mais de 20 famílias chegaram a cultivar a fruta, mas atualmente só sobraram duas. A agricultura familiar está muito desorganizada no Mato Grosso. Falta tudo, principalmente, crédito”
- Dilson Pedro Goi, presidente da Cooperativa Agrícola Mista de Mini, Pequenos e Médios Produtores Rurais do Município de Nova Ubiratã-MT (Coopertã).

O MAPA DO BIODIESEL

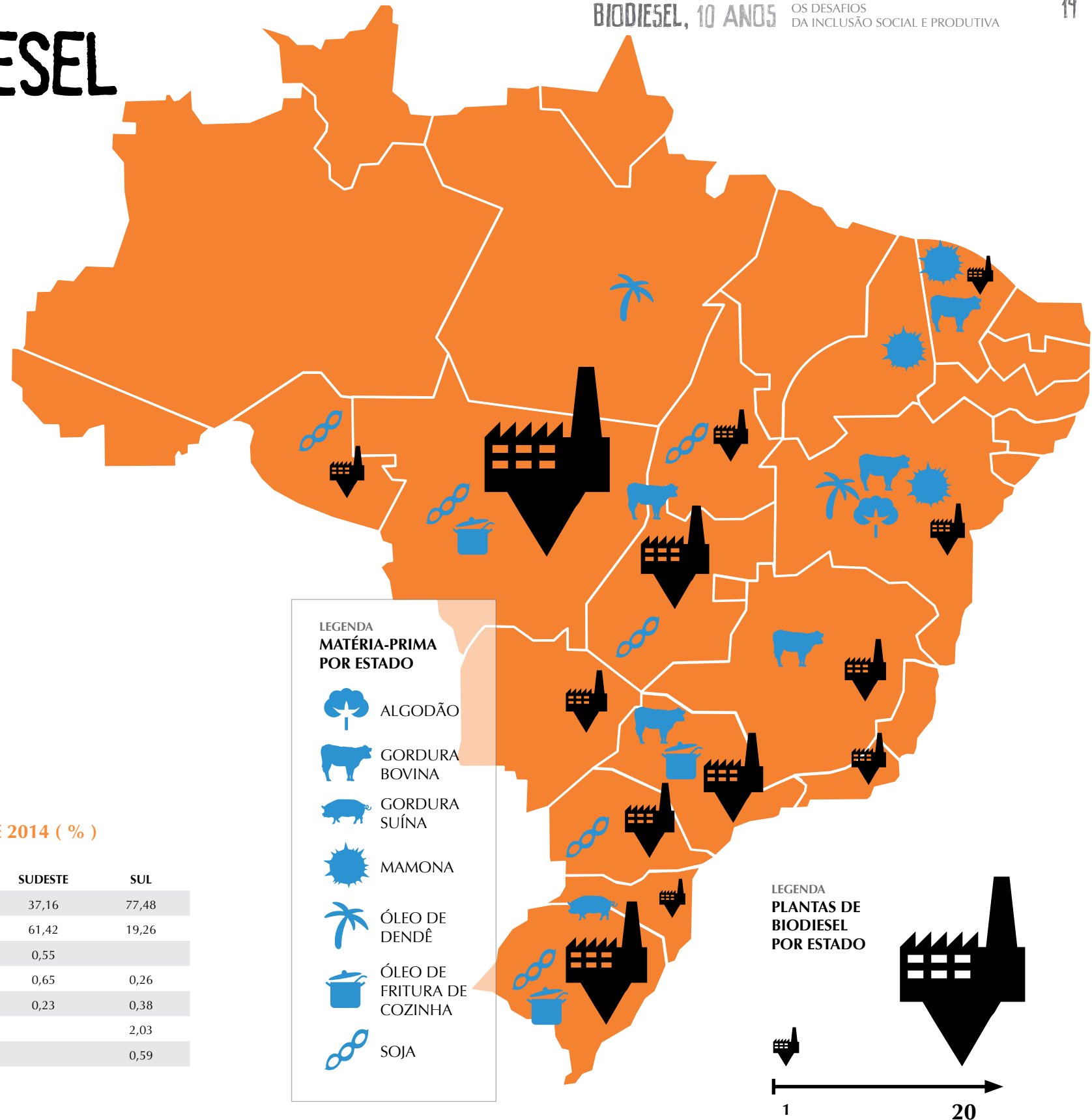
Confira a localização das usinas e as matérias-primas do combustível

PLANTAS DE BIODIESEL

| | NÚMERO DE USINAS | CAPACIDADE TOTAL AUTORIZADA (M³/D) |
|---------------------|------------------|------------------------------------|
| NORTE | 4 | 540,00 |
| RONDÔNIA | 2 | 99,00 |
| TOCANTINS | 2 | 441,00 |
| NORDESTE | 3 | 1.265,13 |
| BAHIA | 2 | 963,42 |
| CEARÁ | 1 | 301,71 |
| CENTRO-OESTE | 30 | 10.156,25 |
| GOIÁS | 7 | 3.481,00 |
| MATO GROSSO DO SUL | 3 | 1.030,00 |
| MATO GROSSO | 20 | 5.645,25 |
| SUDESTE | 11 | 2.566,08 |
| MINAS GERAIS | 3 | 431,13 |
| RIO DE JANEIRO | 2 | 413,70 |
| SÃO PAULO | 6 | 1.721,25 |
| SUL | 14 | 7.300,33 |
| PARANÁ | 4 | 1.113,00 |
| RIO GRANDE DO SUL | 9 | 5.677,33 |
| SANTA CATARINA | 1 | 510,00 |
| TOTAL | 62 | 21.827,79 |

MATÉRIAS-PRIMAS UTILIZADAS PARA PRODUÇÃO DE BIODIESEL POR REGIÃO EM ABRIL DE 2014 (%)

| MATÉRIA PRIMA | NORTE | NORDESTE | CENTRO-OESTE | SUDESTE | SUL |
|-------------------------|-------|----------|--------------|---------|-------|
| ÓLEO DE SOJA | 49,06 | 57,40 | 89,62 | 37,16 | 77,48 |
| GORDURA BOVINA | 10,35 | 25,56 | 8,73 | 61,42 | 19,26 |
| ÓLEO DE ALGODÃO | | 10,70 | 0,30 | 0,55 | |
| OUTROS MATERIAIS GRAXOS | 40,59 | 6,16 | 0,46 | 0,65 | 0,26 |
| ÓLEO DE FRITURA USADO | | | 0,90 | 0,23 | 0,38 |
| GORDURA DE PORCO | | | | | 2,03 |
| GORDURA DE FRANGO | | | | | 0,59 |
| ÓLEO DE PALMA / DENDÊ | | 0,17 | | | |





HÁ ALTERNATIVAS À SOJA?

A verdade é que oleaginosas como o amendoim, o girassol e o pinhão manso ainda não têm condições de competir com os baixos custos e a alta produtividade das lavouras de soja. O grão está tão enraizado no Centro-Oeste que até mesmo agricultores familiares têm receio de apostar em outras culturas. E isso se aplica não só a oleaginosas voltadas à produção de biodiesel, mas também à produção de alimentos.

POR QUE A SOJICULTURA É TÃO FORTE?

Existem grandes empresas localizadas no Centro-Oeste que compram toda a produção do grão e, além disso, fornecem aos produtores o chamado “pacote tecnológico”. Ele consiste em uma combinação de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e técnicas de plantio. Por um lado, o pacote tecnológico é elogiado por aqueles que defendem o aumento da produtividade. Por outro, é criticado pelos que condenam os problemas sociais e ambientais gerados pela monocultura. No Mato Grosso, muitos produtores de soja – principalmente os de pequeno porte – também se queixam dos altos valores cobrados pelas empresas que comercializam os insumos.

Questão ambiental

Desde 2008, o Banco Central do Brasil exige uma série de regras ambientais para que propriedades rurais situadas no bioma Amazônico tenham acesso a crédito. É preciso respeitar a Reserva Legal (porcentagem mínima de mata nativa intocada) e as Áreas de Preservação Permanente, como a vegetação das margens dos rios. Caso não cumpram esses requisitos, os produtores rurais precisam ao menos dar entrada no processo de licenciamento ambiental.

Com diversos assentamentos localizados na região amazônica, a agricultura familiar do Mato Grosso foi bastante impactada pela resolução. Ainda em 2008, o Ibama divulgou um ranking das 100 maiores áreas embargadas por desmatamento irregular na Amazônia. Todas as seis primeiras posições eram ocupadas por projetos da reforma agrária no estado. Por conta disso, os assentados foram impedidos de acessar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Também em 2008, um decreto presidencial tornou crime sujeito a multas pesadas o comércio de produtos agropecuários produzidos em áreas embargadas. A medida afetou diretamente o avanço do PNPB em áreas de agricultura familiar. Dezenas de famílias no assentamento Boa Esperança, em Nova Ubiratã (MT), haviam convertido seus lotes para a produção de soja voltada ao PNPB. Quando o Ibama embargou toda a área do assentamento, os participantes do programa não tiveram seus contratos de compra e venda renovados para a safra seguinte.



Como definir um agricultor familiar?

A Lei Federal 11.326, de julho de 2006, afirma que o agricultor familiar é aquele que:

- Utiliza principalmente mão de obra familiar na atividade agrícola
- Tira a maior parte da renda familiar da propriedade rural
- Tem uma área de até quatro módulos fiscais

Além disso, o Banco Central do Brasil considera que apenas produtores com renda bruta de até R\$ 360 mil por ano podem acessar as linhas de crédito oficiais com juros mais baratos, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Módulo Fiscal: é tamanho mínimo que uma propriedade rural precisa ter para garantir a sobrevivência de uma família. Essa área varia de acordo com a geografia do município, a qualidade da terra e a legislação ambiental. Em Barra do Garças (MT), o módulo é de 80 hectares. Já em Palmeira das Missões (RS) é de 16 hectares.

Agronegócio ou agricultura familiar?

Muitos produtores de soja do Centro-Oeste estão na fronteira entre a agricultura familiar e o agronegócio. Em primeiro lugar, isso acontece por conta do tamanho das propriedades. No município de Nova Ubiratã (MT), localizado na principal região produtora de soja do estado, considera-se oficialmente agricultor familiar aquele que possui uma propriedade de até 360 hectares (aproximadamente, 360 campos de futebol). Para efeito de comparação, no Piauí, os primeiros produtores de mamona integrados ao PNPB contavam com lotes de 25 hectares.

Além disso, a questão da renda também diferencia os produtores rurais do Mato Grosso dos agricultores familiares de outras partes do país. Em Nova Ubiratã, pode-se conseguir em média R\$ 360 mil para 120 hectares plantados de soja em uma safra. Com esse nível de renda, o produtor sai da categoria de “agricultor familiar” e não pode mais ser contemplado por programas governamentais específicos para esse segmento. Deixa, por exemplo, de acessar linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com condições de pagamento mais favoráveis.

No caso específico do PNPB, ao não ser enquadrado como agricultores familiares, os produtores rurais perdem a preferência das usinas de biodiesel detentoras do selo “Combustível Social”, já que elas somente recebem benefícios fiscais se comprarem um percentual mínimo de matéria-prima de agricultores familiares. É por essa razão que nem todas as 20 empresas produtoras de biodiesel no Mato Grosso pagam menos tributos – apenas 13 detêm o selo.

ESTUDO DE CASO A (não) reforma agrária

Localizado no município de Campo Verde (MT), o assentamento Dom Osório é um dos projetos do Mato Grosso com maior participação no PNPB.

Em 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) homologou uma área equivalente a 10 mil hectares (aproximadamente 10 mil campos de futebol), onde hoje vivem cerca de 600 famílias. Um terço delas está engajado na produção de soja, totalmente vendida para a Biocamp, usina de biodiesel que também fica localizada em Campo Verde.

Passados seis anos desde a criação do assentamento, o Incra não concluiu sequer o processo que transfere provisoriamente os lotes aos beneficiários da reforma agrária. Sem o documento que comprova esse trâmite, os assentados não têm acesso definitivo à terra e nem às linhas de crédito disponibilizadas pelo governo. Até agora, nenhum produtor obteve o Crédito Apoio Inicial – recurso para a instalação das famílias nos lotes – ou financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (Pronaf).

Nesse contexto, a venda da soja para a Biocamp foi a alternativa que restou aos assentados para contornar problemas básicos de infraestrutura que as políticas governamentais não foram capazes de sanar – como o acesso das famílias à água. Com o dinheiro do programa do biodiesel, por exemplo, 200 poços artesianos foram perfurados nos lotes dos agricultores familiares.

O Incra já questionou a relação entre os assentados e a Biocamp – que fornecia a semente e os insumos, e fazia todo o acompanhamento da safra, do plantio à colheita. No entendimento do órgão, os contratos de compra e venda de soja feitos entre as partes escondiam, na verdade, o arrendamento dos lotes pela usina de biodiesel, prática ilegal segundo as normas da reforma agrária.

Os questionamentos levaram a Biocamp a suspender o fornecimento dos insumos aos agricultores. Assentados reclamam de prejuízos, já que ainda não acessaram recursos do Pronaf. Aqueles que permaneceram no programa do biodiesel relatam queda na produtividade de soja, já que não foi feita a correção da acidez do solo.

CRÍTICA

“Eu não sou muito favorável ao plantio de soja em assentamentos. Mas, na situação em que se encontram as famílias, esse plantio foi importante, pois elas não tinham outro meio de sobrevivência.”
- Reginaldo Campos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde (MT).



A REGIÃO SUL E A AGRICULTURA FAMILIAR



Quando o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) foi criado, dez anos atrás, a ideia central era fazer com que os agricultores familiares abastecessem de matérias-primas as fábricas do combustível. Nesse quesito, a região Sul é – de longe – o principal caso de sucesso do programa.

A soja produzida em pequenas propriedades, principalmente no Rio Grande do Sul, e comercializada pelas cooperativas gaúchas, alimenta não só as usinas locais de biodiesel, mas as fábricas de todo o Brasil. Para conseguirem o selo “Combustível Social”, muitas empresas localizadas em estados fora da região Sul adquirem de cooperativas gaúchas o mínimo de soja necessário para ter direito aos benefícios fiscais previstos pelo selo.

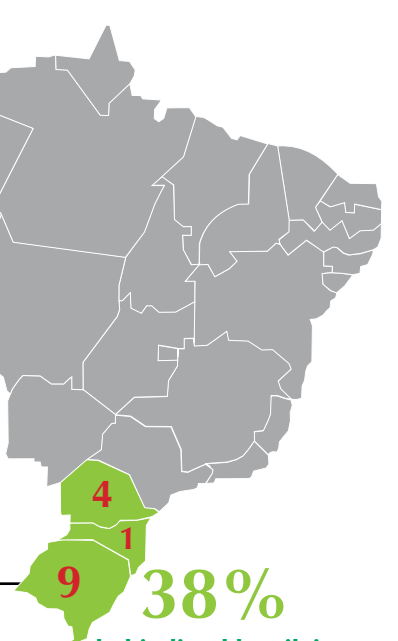
Para além da produção agrícola que elevou a renda a milhares de famílias do campo, o PNPB também proporcionou a construção de um forte polo agroindustrial na região Sul. Atualmente, apesar de produzir um pouco menos de biodiesel que o Centro-Oeste, os três estados do Sul concentram a maior capacidade instalada do país.

POR QUE O PNPB DEU TÃO CERTO NA REGIÃO SUL?

O Sul do Brasil tem, por conta do sistema de colonização que atraiu migrantes sem-terra de várias partes do mundo, uma estrutura fundiária menos concentrada do que a de outras regiões do país. Em outras palavras, os latifúndios são mais raros e predomina a agricultura baseada na mão de obra familiar e em pequenas propriedades. Além disso, a organização dos produtores em cooperativas vem de longa data, o que facilita as relações comerciais entre agricultores familiares e usinas de biodiesel. Por fim, a cultura da soja, principal matéria-prima do combustível, é bastante tradicional na região.

RAIO-X DO BIODIESEL NA REGIÃO SUL

O Rio Grande do Sul tem a maior capacidade instalada de produção de biodiesel do país



38%
do biodiesel brasileiro
É a segunda maior produtora de biodiesel do Brasil



Das 77 cooperativas de todo o Brasil habilitadas pelo selo “Combustível Social”, 55 encontram-se nessa região.

COMO MELHORAR A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA AOS AGRICULTORES?

Sem dúvida, esse é um dos principais desafios para qualificar a produção da agricultura familiar. Em dezembro de 2013, foi sancionada a lei que cria a Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural). O órgão contará com mais de 1 bilhão de reais para desenvolver as atividades no campo brasileiro, em parceria com empresas e demais instituições do setor. Caso tenha sucesso em sua atuação, a Anater poderá se tornar o diferencial necessário para que as cooperativas alcancem o patamar desejado – tanto pelos criadores do PNPB quanto pelos associados das cooperativas.

Monocultura x Diversificação

A soja figura como carro-chefe de praticamente todas as associações de produtores inseridas no PNPB. Na avaliação de movimentos sociais ligados a agricultores familiares do Rio Grande do Sul, a discussão sobre alternativas ao grão era mais intensa na época do lançamento do programa.

Mamona, girassol e pinhão manso já foram testadas por cooperativas do interior do estado para a produção de biodiesel. No entanto, por não terem uma cadeia produtiva consolidada, essas oleaginosas não conseguem competir com a soja, que é produzida em grande quantidade e a um preço mais baixo.

Mesmo assim, algumas associações de produtores do Rio Grande do Sul tem apostado em alternativas ao biodiesel de soja para a produção de combustível. É o caso da Cooperbio (Cooperativa Mista de Produção Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil), localizada em Palmeiras das Missões. Cerca de 150 famílias cultivam cana-de-açúcar para abastecer pequenas destilarias de etanol. Elas também produzem açúcar, cachaça e melado.

Com os recursos obtidos com a venda certa da soja para as usinas de biodiesel, cooperativas também vêm apostando em projetos para fugir da monocultura do grão – como o cultivo de hortaliças, por exemplo. Mas a verdade é que, se não houver cadeias produtivas que absorvam essa produção, o risco de a soja ampliar seu reinado sobre as terras dos agricultores familiares gaúchos é grande.



CRÍTICA

Entre Santa Cruz do Sul e Porto Alegre, a soja está invadindo até as várzeas onde se plantava arroz. Diminuíram sensivelmente as alternativas. O pragmatismo predomina, o programa se rendeu ao aspecto econômico”

- Marcelo Leal, membro da direção nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Rio Grande do Sul.

O DENDÊ, A AMAZÔNIA E O NORDESTE

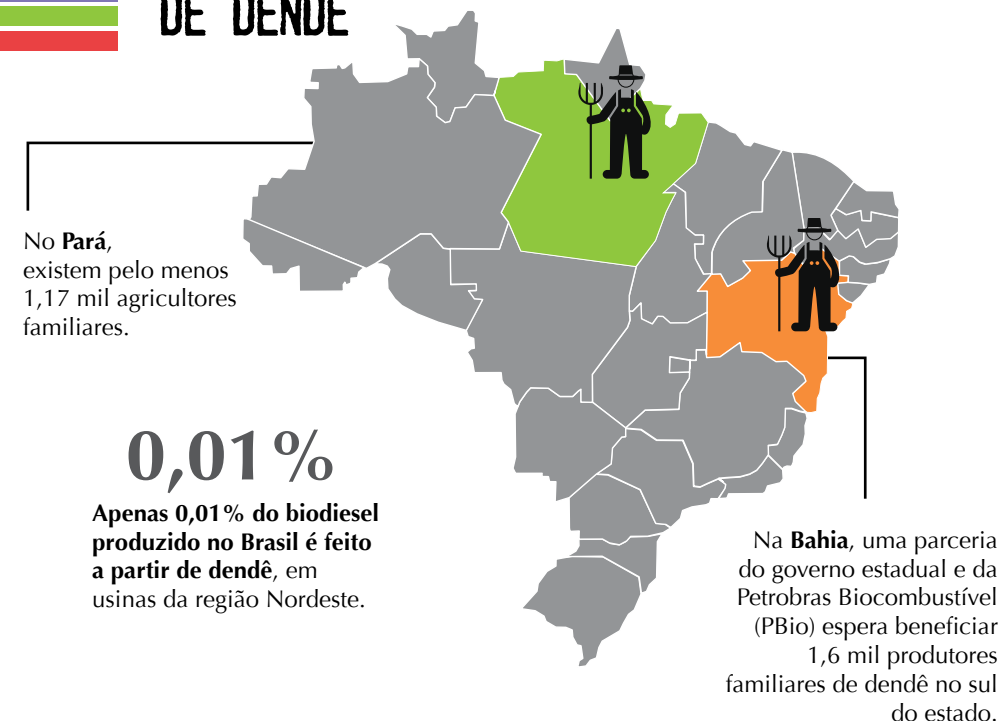
Uma das principais apostas dos gestores do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) para diversificar o leque de matérias-primas para o combustível, reduzindo a dependência da soja e do sebo bovino, é o dendê – também chamado de palma. Isso porque o óleo dessa palmeira apresenta bom rendimento na fabricação de biodiesel. As plantações estão se consolidando basicamente em dois estados: Bahia e Pará.

Por enquanto, a contribuição do óleo de dendê para a produção do biodiesel nacional é irrisória. O crescimento dessa cultura é visto com bons olhos por aqueles que desejam encontrar alternativas economicamente viáveis para a produção do combustível no Norte e do Nordeste, beneficiando os agricultores familiares. Mas a verdade é que no Pará, por exemplo, são as empresas donas de grandes extensões de terra que contratam empregados para trabalhar nas lavouras, os responsáveis pela maior parte da produção de dendê – e não os pequenos produtores familiares.

COMO FUNCIONA O PROGRAMA DO BIODIESEL NA BAHIA?

Até 2015, o governo estadual, em parceria com a Petrobras Biocombustível (PBio), pretende colocar em prática o programa “Vida Melhor”. A ideia é oferecer insumos agrícolas, garantir assistência técnica e assegurar a comercialização da produção a 1,6 mil agricultores familiares de dendê que vivem no litoral Sul do estado. Além disso, também está prevista a construção de pequenas esmagadoras para a produção de óleo de dendê.

RAIO-X DO BIODIESEL DE DENDÊ



QUAIS SÃO OS DESAFIOS DA CULTURA DO DENDÊ NA BAHIA?

Os obstáculos são os mesmos enfrentados pela cultura da mamona: falta de assistência técnica e descapitalização dos agricultores familiares. Até mesmo agentes financiadores públicos – como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil – têm receio de financiar o plantio das oleaginosas por questionarem a viabilidade econômica da agricultura familiar. Ao prestar assistência técnica e garantir a compra da produção, o programa “Vida Melhor” também espera abrir espaço para que os agricultores tenham acesso a linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

CRÍTICA

“O problema da agricultura familiar é que falta política de produção. Deixaram de fomentar mandioca em troca do dendê”
- Roberto Sena, economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Pará.

E A CULTURA DO DENDÊ NO PARÁ?

No nordeste do Pará, há fábricas de óleo de dendê desde a década de 1990. Pelo menos nove empresas de médio e grande porte se dedicam à produção desse insumo, vendido a indústrias de alimentos e de cosméticos. Elas controlam todo o processo: do plantio em terras próprias ao processamento do óleo. As palmeiras que abastecem essas empresas ocupam uma área de 140 mil hectares (um hectare corresponde a um campo de futebol), espalhados por 37 municípios do estado. Até 2020, as empresas planejam mais do que dobrar a área plantada com dendê. E o biodiesel pode absorver o crescimento da produção.

JÁ SE PRODUZ BIODIESEL DE DENDÊ NO PARÁ?

Ainda não existe nenhuma usina de biodiesel propriamente dita em operação. Mas isso deve mudar em um futuro próximo. A Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, mantém desde 2012 uma fábrica de óleo de dendê no município de Moju. Já em 2015, o plano é usar esse óleo para produzir biodiesel, que abastecerá sua frota de locomotivas e máquinas.

E COMO SE INSERE A AGRICULTURA FAMILIAR NO DENDÊ?

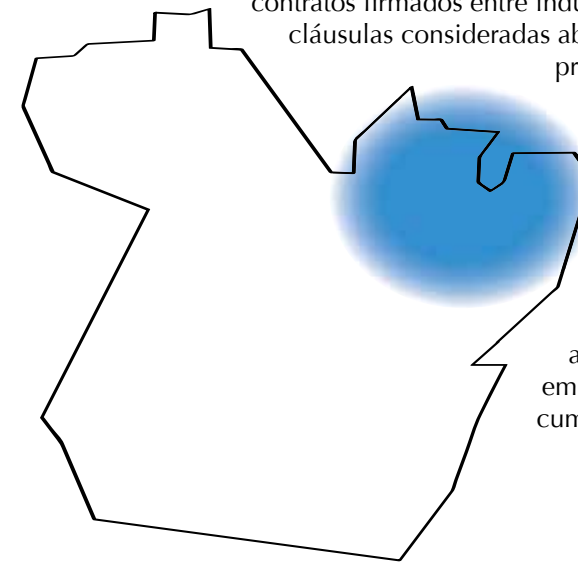
O número de agricultores familiares que se dedicam ao dendê no Pará vem crescendo, na medida em que se incrementam o crédito bancário e a assistência técnica. Normalmente, eles estabelecem parcerias com indústrias de óleo de dendê. Além de comprar a produção, as empresas prestam assistência técnica e vendem insumos, como adubos.

A agricultura familiar e o dendê no Pará

- Uma linha de crédito especial do Pronaf foi criada em 2007 especialmente para incentivar o dendê – o Pronaf Eco Dendê.
- Em 2013, o Banco da Amazônia registrou 1,17 mil contratos de financiamento através do Pronaf Eco Dendê.
- O volume de recursos chegou a R\$ 77 milhões.
- A área total cultivada pelos agricultores familiares atingiu 15 mil hectares.

OS CONTRATOS DE PARCERIA SÃO POSITIVOS?

Por um lado, sim. A integração garante a compra da produção e a assistência técnica, resolvendo dois grandes desafios da agricultura familiar. Porém, os contratos firmados entre indústrias e produtores rurais contêm cláusulas consideradas abusivas por alguns agricultores. Eles são



proibidos, por exemplo, de consorciar o plantio de dendê com outras culturas. Isso inviabiliza a diversificação e o cultivo de gêneros alimentares essenciais na região, como a mandioca. Além disso, precisam seguir à risca as normas de plantio impostas pelas empresas e ainda são obrigados a liberar a qualquer momento a entrada de representantes das indústrias em suas propriedades para verificar o cumprimento do contrato.

A PBio de olho no dendê

Principal produtora de biodiesel do país, a Petrobras Biocombustível (PBio) tem dois grandes planos para o dendê na Amazônia:

Projeto Pará Bioenergia: prevê a implementação de uma usina de biodiesel no Pará.

Projeto Belém: compreende a construção de uma fábrica em Portugal em parceria com a Galp, companhia de energia do país europeu.

Ambas as usinas seriam alimentadas pelo óleo de dendê produzido no Pará. Porém, das duas iniciativas, apenas o Projeto Belém está em andamento.

Desde janeiro de 2014, a PBio estuda uma parceria com a mineradora Vale. Atualmente, ela controla a Biopalma, usina instalada no município de Moju, no nordeste do estado do Pará, que produz biodiesel para abastecer a frota de automóveis e locomotivas da própria Vale. Na parceria, a PBio assumiria a operação da planta industrial e a mineradora continuaria responsável pelas áreas de plantio de dendê. Trata-se de uma possível alternativa ao Projeto Pará Bioenergia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) completa dez anos de vida com diversas conquistas. Mas ainda há importantes desafios a serem vencidos.

O QUE SE PODE COMEMORAR?

Do ponto de vista produtivo, o programa se revelou um sucesso. A mistura do biodiesel ao diesel de petróleo, que em 2015 deve chegar a 7%, tem aumentado numa velocidade superior à que se imaginava. A fabricação de 4 bilhões de litros de biodiesel por ano colocará o Brasil entre os líderes mundiais.

No caso da agricultura familiar, peça-chave na engrenagem do PNPB, a política de incentivos fiscais do selo “Combustível Social” de fato alavancou a produção. Os resultados são especialmente positivos para os produtores da região Sul, onde a cultura da soja (matéria-prima de 75% do biodiesel nacional) encontra-se bastante consolidada.

Ainda no campo da agricultura familiar, o PNPB também representou uma possibilidade de melhoria da assistência técnica prestada aos produtores – não só pelos órgãos governamentais, mas também pelas empresas privadas que compram a matéria-prima.

O QUE É PRECISO APRIMORAR?

A dependência da soja produzida pelos agricultores familiares da região Sul do país é um dos principais questionamentos enfrentados pelo PNPB. Diversificar o leque de matérias-primas representa um dos desafios mais importantes. Nesse sentido, o dendê surge como uma das alternativas mais promissoras.

Porém, é urgente incrementar a produtividade da agricultura familiar, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Isso implica investir em novas tecnologias para melhorar o cultivo de oleaginosas, além de aprimorar a rede de assistência técnica. Outra medida imprescindível é qualificar a gestão das cooperativas que representam os pequenos produtores e fazem a comercialização com as usinas.

Há propostas interessantes, mas polêmicas, como incluir novas culturas – não necessariamente oleaginosas – na lista das matérias-primas da agricultura familiar passíveis de serem adquiridas para a obtenção do selo “Combustível Social”. É o caso do milho e do feijão. Tais produtos não seriam utilizados na produção de biodiesel, mas revendidos pelas empresas no mercado, assim como já acontece com a mamona do semiárido. Mas a viabilidade da ideia esbarra na dificuldade de se criarem canais de escoamento para esses produtos.

Justamente por focar a inclusão da agricultura familiar, o biodiesel tem potencial para gerar uma contribuição social ainda mais significativa que o etanol de cana-de-açúcar, que trouxe benefícios a seletos grupos empresariais. Para que isso aconteça, são necessárias políticas públicas consistentes para ampliar e diversificar a produção da agricultura familiar.

SOBRE O CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS (CMA)

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil é uma das principais referências em pesquisas e informações sobre culturas agroenergéticas (cana de açúcar, soja, mamona, dendê etc.) e agrocombustíveis (etanol, biodiesel e carvão) no país. Suas análises técnicas contribuem para a análise crítica e objetiva de impactos socioambientais, trabalhistas, fundiários e econômicos de tais produções. As pesquisas repercutem em veículos de comunicação no Brasil e no exterior, e são usadas como referência por universidades e centros de pesquisa de todo o planeta, e por empresas nacionais e multinacionais. Os relatórios (cuja versão digital pode ser acessada gratuitamente) estão disponíveis em português, inglês e espanhol, e foram distribuídos na Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Estados Unidos, Espanha, França, Holanda, Itália, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Suíça, Uruguai e Venezuela. Para realizar seu trabalho de pesquisa, o CMA percorreu mais de 100 mil km em 17 estados, e firmou parcerias com mais de 50 organizações.

***SOBRE A REPÓRTER BRASIL**

A Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de brasileiros.

Há dez anos, o Brasil deu novo passo na caminhada para construir uma matriz energética mais plural e responsável com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Hoje, o país já é o segundo maior consumidor e o terceiro principal produtor desse combustível no mundo. O programa foi concebido com um componente social importante e inédito: o estímulo à compra de matéria-prima produzida por agricultores familiares.

Neste caderno temático, a o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, coordenado pela ONG Repórter Brasil, analisa os avanços do PNPB ao longo desta primeira década de existência. Porém, levanta os principais obstáculos que o programa precisa vencer para consolidar seu objetivo: produzir biodiesel de forma eficiente para desenvolver o país e garantir que os benefícios dessa atividade sejam apropriados por toda a sociedade.

REALIZAÇÃO

